



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS
Casa Civil

DECRETO Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

“Dispõe sobre Estrutura Organizacional e Operacional, Descentralização e Desconcentração da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL-TO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e

DECRETA:

Art. 1º- O poder Executivo é exercido Pelo Prefeito Municipal auxiliado pelos Secretários Municipais, Presidentes de Fundos e Autarquias.

Art. 2º- O Prefeito Municipal, os Secretários Municipais, Presidentes de Fundos e Autarquias, exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Municipal.

Art. 3º- Respeitada à competência constitucional do Poder Legislativo estabelecido na Lei Orgânica, o Poder Executivo regulará a estruturação, as atribuições e Funcionamento dos órgãos da Administração Municipal que Compreende:

- I-** A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura da administrativa municipal:
 - a) Secretárias;
- II-** A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:
 - a) Autarquias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS
Casa Civil

- b) Empresas Públicas;
- c) Fundações Públicas;
- d) Conselhos.

Art. 4º- A execução das atividades da Administração Pública Municipal será descentralizada e desconcentrada e se dará por meio das Secretarias Municipais, Fundos e demais órgãos e entidades públicos municipais.

Art. 5º- Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, exercem atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, demais leis municipais e regulamentos, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos de provimento em comissão e dos de provimento efetivo.

Art. 6º- No exercício de suas atribuições cabe aos Secretários Municipais, Presidentes de Fundos, Conselhos e Autarquias:

- I-** Expedir portarias e ordens de serviços disciplinadoras de suas atividades integrantes da área de sua competência;
- II-** Respeitada a legislação pertinente, distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias Municipais, Fundos e Autarquia que dirigem e atribuir-lhes tarefas funcionais executivas;
- III-** Ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas;
- IV-** Assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais dentro de sua competência em conjunto com o Prefeito Municipal;
- V-** Revogar, anular e sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da administração pública, na área de sua competência;
- VI-** Receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS
Casa Civil

VII- Decidir mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de sua competência;

VIII- Exercer outras atividades e atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º- As entidades integrantes da administração indireta municipal serão regidas pelas disposições contidas neste Decreto, obedecidos os seguintes princípios institucionais:

I- As autarquias e as fundações públicas de direito publico e conselhos pelas leis de criação e respectivos regimentos internos;

II- As fundações públicas de direito privado, pelas leis que autorizem sua institucionalização e pelos respectivos estatutos.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins,
em 02 de janeiro de 2.024.

Ronivon Maciel Gama
PREFEITO MUNICIPAL

Bárbara Thieely Clementino Pugas
CHEFE DE CASA CIVIL